



## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

Priscila Mariano Cândido <sup>1</sup>  
Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos <sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho em tela tem como objetivo analisar as relações educacionais em relação aos negros. O avanço intelectual desses sujeitos na sociedade onde estavam inseridos era vista como uma forma perigosa, pois compreender os códigos escritos e escrevê-los era propiciar aos cativos certa liberdade. Com isso eram impedidos legalmente de freqüentar as escolas, os que conseguiam aprender a ler e escrever era de maneira não formal, através de trocas culturais. Desse modo a presente pesquisa usou como método de pesquisa fontes bibliográficas e documental sendo essas analisadas no Arquivo Histórico Municipal.

**Palavras-chave:** Práticas educacionais, códigos escritos, cultura.

### Considerações iniciais.

A presente pesquisa tem como foco refletir sobre a escolarização da população negra, mais precisamente no século XIX. Escolarização que proporcionava o ingresso ao mundo social, mas que nem sempre contemplava essa população, devido à falta de interesse de uma sociedade marcada por injustiças e exclusão social.

A educação para essa população foi valorizada como instrumento de criar um perfil ideal de negros numa sociedade livre, proporcionando para que esses continuassem nos trabalhos mais baixos do processo produtivo.

Porém, os esforços dessa população não foram suficientes para mudanças de paradigmas, o preconceito e a discriminação ainda continuam visíveis, pois o fato do negro ser associado à escravidão dificulta as possibilidades de inserção ao mundo da educação. Este é um campo aberto a novas explorações, no que se refere à educação da população negra, pois poucos estudos foram realizados. Temos como pioneiro da educação dessa população o historiador Marcus Vinicius Fonseca, com significativos trabalhos.

---

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Guairacá, Brasil (2011)

<sup>2</sup> Especialização em Supervisão Escolar Planejamento Ensino e Avaliação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil (2004)

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

A metodologia utilizada para a composição desse trabalho será desenvolvida por meio de pesquisa histórica e terá como técnica a análise documental. Compreende-se que na pesquisa histórica o historiador ocupa-se do passado do homem e tem como função “localizar, avaliar e sintetizar sistematicamente e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado.” (RICHARDSON, 2009, p.245).

Ao levantarmos fontes bibliográficas foi possível constatar que houve escolas direcionadas para essa população, dois quais os professores eram ex-escravos e que tiveram a oportunidade de alfabetizar-se para então ensinar seus companheiros de cativeiro.

A população negra na maioria das vezes não era mencionada nas reformas educacionais, pois se tratando de educação para essa população não havia interesse algum que essas fossem alfabetizadas. Sendo que em algumas reformas a educação para os negros já era garantida desde que estivessem na condição de livre ou liberto, mas nem sempre tinha o apoio do estado para sua permanência em ambiente escolar.

A palavra educação para a população negra só vai ser mencionada em documentos oficiais com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, o qual a partir dessa data seria necessário educar os ingênuos<sup>3</sup> que nasceriam livres do cativeiro após 1871.

## **1. EDUCAÇÃO DOS NEGROS, UMA POSSIBILIDADE ASSOCIADA AO MUNDO DA ESCRAVIDÃO**

Ao referirmos à escravidão nunca paramos para pensar se esses sujeitos escravizados tiveram acesso à aprendizagem dos códigos escritos, entretanto a registros do século XVIII indicando a prática da leitura e da escrita desses sujeitos, embora essas não fossem em escolas públicas.

Conforme refere VEIGA (2008) o ensino científico e normal público considerados de grande excelência as vagas eram disputadas por seleções e freqüentada apenas por pessoas de classe média ou alta, ficando assim restrita as pessoas de classes pobres e estas deveriam permanecer em escolas públicas devido a precoce inserção ao mundo de trabalho. A presença dos negros era rara, pois pertencia a camada mais pobre da população e ainda tinha a diferentes questões de oportunidade.

---

3 Filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Todos os filhos de mulher escrava que nascessem após essa data seriam considerados livres, porém, o senhor poderia escolher entre receber do governo o valor de seu escravo em títulos de renda ou usar seus serviços até os 21 anos de idade. Esta última opção era a mais escolhida entre os senhores. (Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos. Curitiba: 2005).

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

Com a Constituição Imperial de 1824<sup>4</sup>, tinha como intuito um apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo, questionando à necessidade da aprendizagem da leitura, escrita e das contas.

[...] origem da implementação da escola pública elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. (VEIGA, 2008.p.502).

Devido à proibição de a população negra freqüentar a escola pública boa parte da população oriunda das camadas mais simples tinham que recorrer ao ensino pago.

A instrução pública primária desde o segundo reinado já era garantida ao negro desde que esse estivesse na condição de livre ou liberto, conforme a constituição de 1824, embora a constituição limitasse o escravo a ter instrução gratuita, reservava o direito a todos os cidadãos brasileiro sendo esse livre ou liberto.

Desse modo a população de escravos tinha sua freqüência impedida legalmente de usufruir dessa aprendizagem em salas de aulas públicas, pois eram vistos apenas como cidadãos úteis e produtivos. Para tanto “a escolarização do povo apresentou-se como condição de homogeneização cultural” (BARBOSA. M, 2009) desse modo queriam apenas que a população rude fosse educada tendo assim uma coesão social.

Segundo Adriana Maria Paulo da Silva (2010) há registro da única escola exclusiva para negros no tempo do Império no Rio de Janeiro a qual foi fundada por Pretextato dos Passos da Silva, nome que significava Protesto. A pequena escola ficava em uma casa localizada na Rua da Alfândega a qual funcionou de 1853 a 1873, a escola teve cerca de 15 alunos de famílias humildes.

O único dado que comprova a existência da escola é que Pretextato abriu um processo para o então inspetor geral da instrução primária e secundária da Corte Eusébio de Queirós solicitando “algumas concessões para a continuidade do funcionamento da escola” e ainda dispensa das provas de capacidade, do qual era exigência para o exercício do magistério. Para escapar das provas recorreu ao processo, conseguindo assim sua dispensa das provas e a chance de continuar com a escola aberta menciona Adriana.

Ainda segundo Silva (2010), Pretextato declarou nos documentos ser um homem preto e não se sabe como ele conseguiu sua formação educacional para então ensinar seus alunos, mas no processo da escola dois pais alegaram que era um bom professor.

---

4 A Constituição de 1824 foi baseada nos moldes da antiga conceituação grega de cidadania, o qual interditaria o acesso dos cativos e indígenas ao ensino oficial, pois esses eram considerados sem status de cidadãos. A qual teve duração de 67 anos. (MACHADO, Carlos E. Dias, 2009)

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

No processo Pretextato argumentou ainda que era importante a escola continuar funcionando porque havia muito racismo nas escolas da corte nas quais os pretos e pardos eram impedidos de frequentar ou eram emocionalmente coagidos. (MILAN, 2010, p.10)

Alias os escravos eram proibidos de frequentar a escola, apenas negros alforriados podiam embora o acesso desses a educação fosse de difícil conquista. Silva (2010) nos declara sobre a silenciosa autorização de Eusébio de Queirós, apesar do cenário, é outra inexplicável questão sobre a existência e permanência da escola de negros do Rio.

O colégio funcionou até 1873 quando Pretextato foi despejado da casa onde lecionava devido ao atraso de dois meses de aluguel à Santa Casa de Misericórdia. Na escola os alunos aprendiam a ler, escrever, as quatro operações e um pouco de religião.

Segundo Silva “há registros de que os pais pagavam uma mensalidade para a escola. Mas deveria ser um valor irrisório” (2010). Desse modo cai por terra a idéia de que no tempo do Império existia um “bando de negros iletrados” somente com a presença de Pretextato. Mas ainda a registro de outras escolas que ajudaram a “burlar” as regras de que os negros escravos não poderiam frequentar salas de aulas, e os ajudaram os negros a ter acesso a alfabetização.

De acordo com Irene Maria Ferreira Barbosa (2010), Campinas teve outra experiência de escola para negros, a escola chamava-se Perseverança e foi fundada por Antonio Cesarino<sup>5</sup> e funcionou em Campinas no período de 1860 a 1876, a diferença desta escola com Pretextato é que Perseverança recebia também alunas brancas durante a tarde as quais pagavam mensalidade a Cesarino.

Com o valor arrecadado das mensalidades Cesarino mantinha sua instituição e ainda a noite dava aula para as mulheres escravas e negras. Cesarino não era o único professor quando abriu a escola chamou suas irmãs para lecionarem. Segundo Irene Maria Ferreira Barbosa a escola de Cesarino se distinguiu das demais escolas do Império pelo seu nível.

A escola era um tipo de internato de meninas, dirigidas por Bernadina Cesarino e por suas irmãs as quais falavam muito bem francês e entendiam sobre etiqueta. No ano de 1875 a escola contava com 50 alunas, das quais algumas pertenciam as melhores famílias da sociedade e com isso pagavam mensalidades bem altas. Com o dinheiro das mensalidades pago pelas alunas brancas Cesarino comprou a liberdade das negras ligadas a ele. No ano de 1876 o colégio desapareceu devido a questões financeiras.

Como refere Irene Maria Ferreira Barbosa isso deixa evidente o porquê que muitos negros chegaram à elite de São Paulo, e ainda existiram muitos negros

---

<sup>5</sup> Antonio Cesarino era filho de um negro alforriado chamado Custodio que chegou em Campinas no ano de 1838 durante o período escravista, onde vendeu sua tropa de mulas para que seu filho pudesse estudar, pois este já sabia ler e escrever. Com grandes dificuldades Cesarino conseguiu frequentar as escolas dos brancos e se formar para então mais tarde lecionar. (Jornal Gazeta do Povo, 2010, p.10).

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

escolarizados no século XIX devido esses serem filhos de pai branco o que era muito comum os quais faziam questão de alfabetizá-los.

## **2. EDUCAÇÃO COM FORMA DE CONHECIMENTO OU COMO MODO DISCIPLINAR**

As práticas educacionais no decorrer do século XIX para os negros era vista como forma de conquistarem seus direitos e o meio para a inserção na sociedade, no entanto essa escolarização se tornava desfavorável aos proprietários de escravos.

A palavra escrita por africanos no Brasil, era muito temida pelos senhores de escravos devido a Revolta de Malês em 1835, movimento esse que ficou conhecido como Malês por serem assim chamado os negros mulçumanos que organizaram a revolta. Dos quais muitos desses escravos já vieram alfabetizados, fazendo com que esse conhecimento continuasse aqui através das trocas culturais com os demais escravos.

Os rebeldes tinham como objetivo atacar nas primeiras horas do dia 25 de Janeiro, mas foram denunciados, uma patrulha chegou onde o grupo de rebeldes estavam reunidos, ao tentarem forçar a porta foram surpreendidos por um grupo de negros escravos, libertos e nagôs, ocupando as ruas de Salvador durante mais de 3 horas de revolta enfrentando soldados e civis armados.

Uma pequena batalha iniciou na ladeira da Praça, em seguida os rebeldes dirigiram-se a Câmara Municipal onde em seu subsolo existia uma prisão, o qual se encontrava preso um dos líderes de Malês Pacifico Licutam o qual se encontrava preso por rebeldia. O ataque não teve o sucesso esperado, pois foram surpreendidos no fogo cruzado entre carcereiros e os guardas do palácio, desesperados saíram às ruas da cidade em gritos com intuito de acordar outros escravos para que lhes ajudassem. A batalha estendeu-se para outras partes da cidade tendo seu final no quartel da cavalaria em Água do Menino, onde os Malês foram massacrados. A cidade ficou alarmada por algumas horas, mas o medo de um novo levante se instalou por muitos anos.

A rebelião teve grande repercussão, no Rio de Janeiro onde se encontrava a Corte Imperial a notícia chegou ao “público por meio de periódicos que publicaram relatório do chefe de polícia da Bahia” (REIS, 2009.p.9). Temendo que a revolta fosse seguida as autoridades cariocas reforçaram a vigilância sobre os negros, tornando uma repressão abusiva.

A revolta não foi um mero levante sem direção ou um simples ataque sem intuito, o movimento tinha planos político para a tomada do governo e a liderança religiosa. Em meio a todo o levante foi encontrado papeis escritos em árabes, produzidos por escravos mulçumanos, que seria um bilhete em que continha as instruções que deveriam tomar para o início da revolta.

[...] deveriam sair todos das duas as quatro horas invisíveis, e que depois de fazerem o que pudessem, iriam se ajuntar no Cabrito

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

de trás de Itapagipe em um buraco grande que ali há, com a gente de outro engenho, que fica atrás e junto, porque esta gente já tinha feito aviso e quando esta não viesse eles iriam juntar-se no mesmo Engenho tendo muito cuidado de fugir dos Corpos de Guarda para surpreende-los até eles saírem logo da cidade (REIS, 2009, p.148).

Destaca-se que nos corpos de muitos que morreram a polícia encontrou amuletos e papéis com rezas e passagens do Corão produzidos por negros mulçumano, que tinha como função de proteger quem usava. Observa-se que esses sujeitos conheciam e dominavam a prática da leitura e da escrita, por isso o avanço intelectual da população negra era temido pelos senhores.

Neste sentido fica evidente que a população negra gerava certo medo para os senhores, e o fato de que este soubesse ler e escrever era ainda mais temido, pois a educação para essa população afetou os interesses dos proprietários de escravos, sendo que essa ocasionaria uma mudança nos interesses da sociedade.

Afinal, o tratamento recebido entre a população pobre e carente em especial a negra é muito questionado, como podemos perceber na Reforma Couto Ferraz de 17 de Fevereiro de 1854 a qual nos mostra que prescrevia a obrigatoriedade de escolas primárias para crianças maiores de 7 anos e a gratuidade das primárias e secundárias da Corte. Mas há controvérsias, pois não seriam aceita crianças com moléstia contagiosas e nem escravas, o que nos mostra que o negro estava fora do acesso a educação.

Com tanta desigualdade social e exclusão apenas em 1860 é que houve uma preocupação com a escolarização dos ex-escravos, mas essa seria apenas uma maneira de adaptação desses sujeitos à sociedade, pois para essa classe social a escola era apenas disciplinadora<sup>6</sup>.

No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos para a lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. (PRIORI, 1999, p.10, apud VEIGA, 2008, p.503).

Na década de 1870 a sociedade não era dividida apenas entre escravos e senhores, tinha ainda os escravos de ganho, aluguel e os livres, que exerciam profissões especializados como pedreiro e carpinteiros, os que nos mostra que compreendiam os códigos numéricos.

Em decorrência de seus ofícios, esses sujeitos podiam decifrar e utilizar números como forma de medição, permitindo assim sua inserção ao mundo dos letrados e ainda tiveram acesso aos códigos escritos muitas das vezes através de

---

<sup>6</sup> Pois visava torná-los embrutecidos e ignorantes sendo facilmente dominados e enquadrados perfeitamente no modelo de sociedade servil, a educação era apenas para que fossem úteis e produtivos para a sociedade e não com intuito de modificar seu status perante a sociedade (FONSECA, 2003).

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

trocas culturais e ainda por meio dos jornais impressos onde lhe proporcionavam ilustrações os quais a partir da imagem praticavam a leitura.

Imersos nesse universo cultural os escravos, mesmo sem saber ler e escrever fazem parte de um mundo letrado e compreendem e explicam o mundo também a partir dessa lógica. Portanto, todos possuem, em maior ou menor grau, capacidade de letramento. (M, BARBOSA. 2010.p.8).

Assim fica evidente que os escravos compreendiam a importância de saber ler e escrever, pois muitos dos que fugiam levavam consigo papéis que diziam ser sua carta de alforria, ficando evidente que o papel repleto de escritas que levava consigo era sua possibilidade de sair do mundo da escravidão.

Conforme refere Marialva Barbosa a partir dos jornais impressos os escravos podiam realizar leituras de terceira e segunda natureza, onde muitos não são leitores e nem sabem ler, mas manejam com destreza os códigos escritos do mundo dos letrados. Muitos dos anúncios dos jornais que trazia sobre a fuga dos escravos, falava sobre suas habilidades e de seu conhecimento com o mundo da leitura e da escrita, mostrando assim sua inserção ao universo letrado.

Fugiu da cidade de Itapetininga o escravo de nome Luiz, cabra 22 anos, altura regular e corpulento, pés grandes, cabelos grenhos, olhos vivos e pequenos, falta de dentes na frente, sabe ler e escrever regularmente, fala bem e muito explicado, muito risonho e fica sempre com papéis nas algibeiras, gosta muito de recitar versos, é pedreiro e copeiro e costuma dizer que é forro, anda descalço. É de Macaé, Rio de Janeiro (BARBOSA, 2010, p.89 *apud* CORREIO PAULISTANO, 1877, p.141-142).

Há que considerar que os escravos são sujeitos históricos e não apenas objetos e que viviam no mundo dos letrados, e que por sua vez através do convívio com os códigos escritos e a oralidade tinham um avanço de aculturação<sup>7</sup>.

No que se refere ao trabalho feminino destacavam-se as lavadeiras e passadeiras e ama-de-leite, como esses escravos estavam gerando grande lucratividade para seus senhores surgiu assim as “escolas de treinamentos”, onde tinha “aprendizagem de jardineiro, cocheiro, cozinheiro, ler e escrever, contar e cozer eram algumas das atividades desenvolvidas nesses espaços”. (GARCIA, 2007, p.27).

---

7 Trata-se de um processo de aquisição que ocorre por meio de vários grupos de culturas diversas, permitindo que indivíduos de uma cultura aprendam o comportamento e as tradições de indivíduos de outra cultura. (Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/aculturacao/>).

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

Com essas técnicas foram beneficiados os escravos tendo possibilidades educacionais, apesar das restrições da aprendizagem da leitura e da escrita, esses escravos de ganho que eram letrados ensinavam os outros.

[...] os escravos são legalmente proibidos de freqüentar as escolas publicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites quanto ao acesso à instrução por parte da população cativa, uma vez que a aprendizagem das tecnologias de leitura/escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. (MORAIS, 2007.p.498).

O avanço ao conhecimento letrado desses sujeitos na sociedade em que estavam inseridos era vista como uma forma perigosa, pois compreender esses códigos escritos e escrevê-los era propiciar aos cativos certa liberdade. Com isso eram impedidos legalmente de freqüentar as escolas.

[...] Grande parte dos letrados da época possuía formação autodidata ou aprendera a ler, escrever e contar em espaços não escolares; o mundo vivido pelos escravos era ainda mais marcado por esses aprendizados ocorridos em espaços exteriores ao mundo da escola. (FONSECA, 2002, p.70 apud MORAIS. 2007 p.497).

A distinção presente entre educar e criar, estava ligada no que se refere à leitura e a escrita desses sujeitos sendo o elemento mais valorizado, também havia uma certa preocupação com a moral, “na maioria das vezes de caráter religioso”.

A diferença entre os termos educação e instrução foi estabelecida, em grande parte, pela leitura das reformas francesas, por sua vez apoiadas em Condorcet. Segundo ele a educação se referia aos sentimentos religiosos e morais cuja transmissão deveria ser reservada às famílias e, instrução era o conjunto de conhecimentos que o Estado deveria proporcionar aos cidadãos. No entanto, no Império brasileiro, tal distinção não parece ter se imposto de fato, o que mais uma vez revela as apropriações e redefinições dos conceitos estrangeiros em função da realidade local (FONSECA, 2002, p, 55 apud MARTINEZ 1997, p.25).

A educação para essa população foi valorizada como um instrumento de criar um perfil ideal de negros numa sociedade livre, proporcionando para que esses continuassem nos trabalhos mais baixos do processo produtivo.

Apesar das dificuldades encontradas pelos ex-escravos esses por sua vez as poucos foram ocasionando mudanças significativas como agentes históricos, e independentemente de como ocorreu o acesso deste com o mundo letrado.

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

Marcus Vinicius Fonseca (2002) defende o fato de que a formação de trabalho seja entendida como prática educativa, pois as crianças escravas quando preparadas para suas obrigações acreditava-se que esta era uma preparação educativa, pois não é só o espaço formal que acontece aprendizagem, pois em momentos desassociados e em convívio com outros essa prática também é possível e a aprendizagem também acontece.

Neste contexto foi possível observar através de processos crimes de vadiagem, que a dificuldade encontrada pela população ex-cativa para inserir-se na sociedade era de difícil acesso. No processo crime de número 891.2.348 onde se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava, observa-se que a escrava Marcolina dos Pacos foi indiciada por não ter meio de sobrevivência ou por não ter uma profissão honesta, a qual possuía ofício de lavadeira o qual não era favorável aos olhos da sociedade. Pois enquanto lavadeira era obrigada a sair à rua e essa atitude era mal vista, a qual como mulher não poderia dividir o espaço público com o homem.

Marcolina foi condenada sob o julgo do código penal da lei de número 399, com 15 dias de detenção, devendo esta nesse período arrumar um ofício digno para sua sobrevivência. Diante dessa realidade foi possível perceber que a conquista desses sujeitos na sociedade não era benquista, devido à má relação existente entre brancos e negros.

É necessário enfatizar que as oportunidades educacionais para esses sujeitos só serão mais visíveis no início do século XX, devido as escolas técnicas para atender o mercado de trabalho. E ainda só tiveram avanço devido aos movimentos e a luta dessa população negra pelos seus direitos de família, liberdade, salários dignos e a educação.

De acordo com Machado parte-se do pressuposto que não criaram políticas focalizadas na população negra, pois via-se a necessidade de implantar a educação para essa população, mas a classes dominante branca agiu de forma com que dificultasse o acesso a educação formal, o qual tinha como principal objetivo manter a hierarquia tanto racial como social .

### 2.1 EDUCAÇÃO PARA OS INGÊNUOS.

Apesar de não haver política de inserção da população negra escrava e ex-escrava na sociedade como livres e com direitos sociais, muitos tinham comprado sua alforria ou ainda ganho a sua em festas de casamento, e muitos eram libertos no leito de morte de seus senhores os quais faziam questão que alforria de alguns escravos fosse registrado em testamento (MILAN, 2010). Estes por sua vez tiveram a oportunidade de escolarização em 1871, os quais privilegiavam os filhos dos escravos nascidos livres pela lei.

A palavra educação para os negros foi mencionada pela primeira vez com a lei de 1871 em documentos oficiais, pois deveria ser educada a nova geração que nasceria livre dos cativeiros, com a elaboração dessa lei os menores ficariam em

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

poder dos senhores de suas mães, os quais eram obrigados criá-los e tratá-los até a idade de oito anos, chegando a esta idade os senhores poderiam entregar para o estado e ser indenizado ou poderia usufruir de seus serviços até 21 anos, a partir dessa lei ficou proibido a separação das crianças menores de oito anos. Caso suas mães fossem libertas deveriam ir junto a ela, e as de doze anos se suas mães fossem vendidas iriam junto a ela e passariam a ser de responsabilidades do novo senhor. (FONSECA, 2002).

A nova lei que dava liberdade aos escravos nascidos após 1871, responsabilizava o governo de entregar esse novo cidadão as associações para que estes não ficassem abandonados ou sofrendo maus tratos por parte dos senhores de escravos, onde essas associações poderiam usufruir do trabalho dos menores de 21 anos, e ainda podiam alugar seus serviços, desde que cuidassem e educasse os menores.

Para o pesquisador Marcus Vinícius Fonseca durante a escravidão, muitas das práticas educativas para os negros eram em âmbitos privados e tinham como principal objetivo fazer deles seres ignorantes e embrutecidos, e com isso os escravos seriam facilmente dominado e estariam enquadrados perfeitamente no modelo de sociedade organizado pelo trabalho servil. Pois pretendiam que esses continuassem nos trabalhos mais baixos do processo produtivo da sociedade.

Com a lei do Ventre Livre tentavam achar uma maneira de forçar uma mudança de atitude por parte dos senhores em relação à educação das crianças como uma forma de preparação a vida livre que teriam após os 21 anos, porem esses reconheciam a importância fundamental na educação dessas crianças, mais tinham medo que recaíssem sobre si esta responsabilidade.

Porém, a responsabilidade de educar era vista como um problema. Os setores mais afinados com os interesses dos proprietários de escravos estavam atentos para que esta obrigação não viesse a recair sobre os senhores de escravos (FONSECA, 2002, p.50)

Como muito dos senhores não entregaram libertos pela lei do Ventre Livre ao estado o termo educação foi substituído por criação, o qual fica claro que essa mudança foi em defesa dos proprietários, deixando-os livres de qualquer responsabilidade em respeito à educação. A educação era apenas para as crianças que saíram das mãos dos seus senhores passando pelos juízes de órfãos e as quais foram entregues as associações ou particulares, as que ficaram em poder dos seus senhores até os 21 anos não se aplicava a educação.

É importante mencionar que com a Lei de 1871, os proprietários rurais apresentaram uma reivindicação favorável sobre a educação dos ingênuos, desde que essa fosse de caráter agrícola o qual se tornou um processo de transição do trabalho escravo para o livre.

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

Esse apelo, na verdade, gerou propostas de criação de escolas que se dividiam em dois sistemas diferenciados: um, voltado para os filhos dos proprietário, verdadeiros centros de excelência que proporcionariam a absorção e a introdução de técnicas modernas na agricultura brasileira; e uma rede de escolas-orfanatos, coloniais, ou escolas primárias, que propiciariam a habilitação profissional dos ingênuos...(FONSECA, 2005, p84) (grifo meu)

A educação para os ingênuos veio a partir da Lei do Ventre Livre nas escolas agrícolas, pois a campanha abolicionista ganha corpo e a agricultura precisava de mão-de-obra, sendo necessário ensiná-los a ler, escrever e ainda dar-lhes um ofício. “a idéia de dar um suporte em relação a leitura e ao aprendizado da escrita tinha certa funcionalidade, ou seja, restringia-se a preparação para o trabalho técnico implicado pela lavoura”.( REIS, 2010, p.95)

As aulas direcionadas aos ingênuos eram noturnas para que não viesse atrapalhar seus serviços durante o dia. E tinha como objetivo moralizá-los e civilizá-los, para que fosse possível controlá-los socialmente seus comportamentos e hábitos culturais dessas crianças. E ainda sua educação era voltada para sua preparação no trabalho. As crianças nascidas livres de mulher escrava deveria ter sua escolarização, desde que essa não proporcionasse mudanças no seu status, pois, sua função era o processo produtivo e não seu avanço intelectual.

### **3. INDÍCIOS E POSSIBILIDADES: ESCRAVOS LETRADOS EM GUARAPUAVA.**

O estudo sobre a história da educação é de fundamental importância para compreendermos o passado e entender o futuro. Desse modo através desse estudo foi possível fazer um levantamento de escravos letrados em nossa região.

A análise em processos criminais e inventários são significativos por permitir caminhos por meio das pistas, em que é possível ter uma compreensão sobre a construção social e a relação entre as classes sociais. Nos processos foi possível perceber que a maioria dos envolvidos pertenciam as classes mais baixas da população.

Segundo Corrêa (1983) cada processo tem diferentes maneiras de procedimentos formais que é possível constatar e refletir sobre os fatos sociais que por diversos motivos não estivemos participado diretamente. Desse modo a partir do momento em que nos dedicamos a pesquisar em fontes como processos nos tornamos detetives, pois a observação é um elemento para encontrar indícios sobre o objeto pesquisado em que acreditamos encontrar sinais que represente a verdade a qual possa a ser desvelada.

Desse modo através dos processos criminais e inventários analisados foi possível constatar que embora os escravos não estavam inseridos ao mundo dos letrados

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

por não compreenderem os códigos escritos, esses por sua vez estavam imersos a cultura popular oral.

Neste contexto foi possível constatar que muitos desses escravos tinham ofícios e que os colocavam em contato com o mundo dos códigos escritos, como é o caso de muitos escravos os quais tinham ofícios de alfaiate, jornaleiros em hora vagas, costureiras, nos mostrando assim seu contato com o mundo dos códigos escritos.

Nos processo crimes do Município de Guarapuava analisados o processo de número 888.2.285, nos descreve sobre a queixa apresentada contra o ex-escravo de nome Narciso, que pertencia ao finado Major Francisco Manoel de Assis França, sendo o ex-escravo indiciado por ter agredido Frederico Ribeiro de Almeida com um chicote causando ferimentos em sua face conforme descreve no auto de corpo de delito.

Narciso foi indiciado pelo artigo 201 do código criminal, o qual passou a ser considerado criminoso pelo procedido. Em audiência perante juízes e testemunha o réu Narciso foi interrogado respondendo somente o que lhe foi perguntado. No decorrer do interrogatório foi questionado sobre sua profissão, nacionalidade, filiação e ainda se este sabia ler e escrever.

Embora havendo indicio de que houve escravos que sabiam ler e escrever através de mecanismos criado por essa população para que tivessem acesso a educação, pois para esse a educação era restrita, para grande surpresa de todos ali presentes no tribunal Narciso ex-escravo veio a responder que sim, que tinha conhecimento nos códigos escritos, sabendo esses ler e escrever.

Auto de qualificação. As treze dia, do mes de outubro de mil oito centos e oitenta e oito, nesta cidade de Guarapuava, em casa de audiência o Doutor Oiavo Graciliano de Mattos, Juiz Municipal suplente digo Municipal do termo presente o mesmo Juiz comigo escrivão, compareceu o réu Narciso, ex-escravo do Major Francisco Manoel Assis França, réu neste processo, e o Juiz -- as perguntas seguintes : Qual seu nome? Respondeo chamar-se Narciso Guilherme da Alliança ---. De que é filho? Respondeo que de Jesuína de Tal. Que idade tinha? Respondeo que vinte seis annos. Seu estado? Solteiro. Sua Nacionalidade Brasileira. Se sabia ler e escrever? Respondeo que sabia. E nada mais respondeo e nem lhe foi e perguntado [...] (Processo Crime, 1888).

Desse modo fica evidente que embora havendo restrições para que essa população viesse a ser alfabetizada em pleno século XIX, esse processo nos deixa claro que esses sujeitos encontravam maneiras de aprender os códigos escritos, mesmos esses sendo impedidos de frequentar escolas públicas conseguiam alfabetizar-se. Dessa forma no decorrer do processo Narciso assina mostrando que esse realmente compreendia os códigos escritos.

Sendo assim em todos os processos analisados apenas o do escravo Narciso menciona que este sabia ler e escrever, os demais quando interrogados diziam-se

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

## EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

não saber ler e escrever, talvez por medo da sociedade onde estavam inserido, mas também não foi encontrado indícios de que esses eram analfabetos.

É importante referir que não se sabe qual foi o meio utilizado pelo ex-escravo Narciso de se alfabetizar, o que se sabe é que este era livre e de acordo com a constituição de 1824 todos que fossem livre e que não tivesse nenhuma moléstia contagiosa poderia frequentar o ensino público. Dessa forma é possível observar as diversas formas de relação entre a educação e a população negra.

Embora Narciso tenha conseguido alfabetizar-se a educação para essa população era muito temida pelos senhores de escravos, pois viam diante da educação um maneira dos escravos reivindicar seus direitos, embora reconhecessem a importância desta para essa população que seria livre,mas tinham medo que o compromisso de educá-los recaíssem sobre si.

Neste sentido gerou grande debates em relação a educação para a nova geração que nasceria livre do cativo com a formulação da lei de 1871, pois por um lado viam a necessidade de educar essa geração e de outro lado educá-los iria contra os interesses dos senhores de escravos, não eram estes disposta a acertar mudanças na condição desses individuo que seria a nova classe trabalhadora do país.

Neste contexto a educação para a população negra foi defendida por grupos como indispensável para a reorganização de uma nova sociedade brasileira os quais estavam inseridos. O que nos remete as ações de pluralidade que estiveram presentes durante a abolição do trabalho escravo em nosso país.

Dessa forma acreditavam que os negros eram incapazes de pensar em um mundo a partir de categorias sociais, e sim instituídos pelos senhores tornando os escravos em um reflexo da escravidão. Como consequência a educação para os negros era voltada como estratégia de disciplinamento e racionalizadora do espaço social, a qual visava “difundir práticas para moldar a sociedade“ (FONSECA, 2002, p.35).

Cruel, injusta, exploradora e oprimente, a escravidão juntou dois povos num duro antagonismo, ao mesmo tempo que criava um relacionamento orgânico tão complexo e ambivalente que nenhum deles poderia exprimir os mais simples sentimentos humanos sem referência ao outro. (FONSECA,2002, p.34 *apud* GENOVESE, 1988, p.21).

Diante das mudanças de perspectivas o processo de integração dos negros na sociedade organizada no trabalho livre, foi de fundamental importância para o escravos e libertos. A liberdade dos escravos aconteceram de diversas maneiras, podendo esses ter sido concedida pela Lei de 1871, comprado sua alforria, pelo testamento do seu próprio senhor ou ainda favorecidos pelo fundo de

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

emancipação. Sendo que o fundo de emancipação entrou em vigor a partir da Lei do Ventre Livre.

Assim em relação ao fundo de emancipação Guarapuava não fechou os olhos para a população de negros escravos e libertos no século XIX, embora os planteis de escravos fossem pequenos o fundo de emancipação iniciou suas atividades em 1872 garantindo a liberdade de muitos escravos, mostrando que esta não era contra a participação dessa população na sociedade.

Dessa forma, não se sabe como o ex-escravo Narciso ganhou sua liberdade, pois no processo em que foi atuado nada constava, uma probabilidade é que Narciso tenha conseguido sua liberdade por meio de testamento de seu dono o Major Francisco, pois este já era falecido o que pode ter alforriado Narciso, sendo que o bom comportamento do escravo contava muito para sua liberdade, e até então Narciso nunca tinha sido mencionado em algum processo.

Na Junta de Emancipação não constava o nome de Narciso sendo que esta só foi possível ser analisada até o ano de 1881, pois os demais anos não foi possível sua recuperação.

Enfim através do viés direcionado ao município de Guarapuava, esta proporcionou por meio dos processos crimes e inventários constatar que embora os escravos não estavam imersos ao mundo dos letrados por não compreenderem e não poderem freqüentar escolas para a aprendizagem dos códigos escritos, esses por sua vez estavam imersos a cultural popular oral. Mesmo diante a tantas lacunas que lhe eram impostas devido seu status na sociedade, estes por sua vez conseguiam mecanismos para que viessem a fazer parte do saber letrado.

Deste modo, a população negra cativa e liberta viam uma possibilidade através da educação um meio para a inserção desses na sociedade. Aos escravos foi excluídos seu acesso a educação, as libertos restavam buscar pelo saber letrado mediante suas possibilidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como intuito mostrar a exclusão da população negra ao direito à educação pública, neste contexto foi possível constatar as dificuldades e o caminho árduo que a população de cativos e ex-cativos encontrou para o acesso a leitura e a escrita, lembrando que estes não tinham acesso a escolarização por meio público. O qual a palavra educação para essa população só foi mencionada pela primeira vez em documentos em 1871 com a Lei do Ventre Livre, a qual essa não saiu dos papéis.

Neste sentido foi possível fazer um viés para o Município de Guarapuava, o qual possibilitou constatar que os planteis de escravos eram pequenos e que esta preocupava-se com a população negra, sendo que essa população foi amparada através do fundo de emancipação, a qual comprava a liberdade de escravos cativos.

Esse fundo de emancipação só foi possível a partir da Lei de 1871, que garantia a liberdade a todos que nasceram a partir dessa data, a qual abriu um viés para que o

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

fundo viesse a exercer suas atividades. No decorrer de treze anos de andamento de suas atividades o fundo libertou vários cativos em nosso Município.

Desse modo apesar da população negra não ter acesso a educação no Município de Guarapuava foi possível constatar que esses sujeitos encontravam maneiras para conseguir aprender os códigos escritos, ficando evidente com o processo do ex-escravo Narciso que ao ser interrogado falou que sabia ler e escrever. Sendo assim fica evidente que estes buscavam sua aprendizagem mesmo sendo proibidos, pois sabiam que saber ler e escrever era muito importante para a sociedade dos quais agora faziam parte como livres.

De fato a busca incessante dessa população em busca de quebrar paradigmas foi o que fez com esses conquistassem seus espaços, fazendo com que esses conseguissem o acesso à educação, os quais foi feito por diversos meios não apenas nos bancos escolares, mas em lugares que conseguiram ao acesso a educação até mesmo por meio do convívio social através das trocas culturais conseguiam esses adquirir conhecimento dos códigos escritos.

#### **FONTES:**

Processo Cível: nº 891.2.348, ano 1848. Caixa 14.

Processo Crime: nº 888.2.825, ano 1888. Caixa 11.

#### **REFERÊNCIAS**

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos.** Curitiba: [s.n], 2005.

BARBOSA, Marialva Carlos. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** E-Compós, Brasília, V.12, n.1, jan/abr 2009. p.1-19.

CORRÊA, Renísia Cristina. **Identidade Fragmentada: um estudo sobre a historia do negro na educação brasileira 1993-2005.** Brasília. INEP. 2007.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizadora do ensino secundário. **Educação,** Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista Brasileira de Historia de Educação** nº 4. p.123-144 jul/dez 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** São Paulo: 2007. Tese (Doutorado – Programa de Pós -Graduação em

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

educação. Área de Concentração: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos Negros**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MACHADO, Carlos E. Dias. **População Negra e Escolarização na Cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. São Paulo: 2009.

MILAN, Poliana. Escolas de Cor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.10, 21 Ago .2010.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: Habilidades de escravos e forros?Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, V.12, n.36 p.493-550 set/dez 2007.

PERES, Eliane. Sob (re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em historia da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação nº4**. P.75-102 jul/dez 2002.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. In:- Ler, escrever e criar. **O Livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro. Ediouro, 2001. Cap.10, p.121-137.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil. **A História do levante do Malês em 1835**. Companhia das Letras, 2009.

REBOUÇAS, Fernando. Aculturação. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/aculturacao/>> acesso em: 19 de Jun 2011.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de história da educação nº 4**.p.47-74 jul./dez. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperil. **Revista Brasileira de Educação**, V.13 n.19.p-502-596 set/dez 2008.

Priscila Mariano Cândido

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

**EDUCAÇÃO PARA ESCRAVOS E LIBERTOS: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

## **EDUCATION FOR SLAVES AND FREE: REFLECTIONS ON PUBLIC INSTRUCTION IN THE CENTURY XIX.**

### **ABSTRACT**

This screen work aims to analyze the relationships education in relation to blacks. The intellectual advancement of these subjects in society where they were inserted was seen as a dangerous way, because to understand the code written and writing them was to provide some freedom to the captives. This was legally prevented from attending schools, they could learn to read and write was not so formal, through cultural exchanges. Thus this study used as a method of research and literature sources such document being analyzed in the Municipal Historical Archive.

**KEY WORDS** educational practice, written codes, culture

**Recebido em 05 de dezembro de 2012; aprovado em 10 de julho de 2013.**